

Memórias, Histórias e Identidades na História dos Feminismos - entrecruzamentos dos estudos de gênero e os feminismos

RAPHAELA SOUZA DOS SANTOS*

O feminismo foi um protesto contra a exclusão das mulheres na política; seu objetivo foi o de eliminar a diferença sexual na política. Mas a sua campanha foi voltada às mulheres. Pelo fato de agir em favor das mulheres, o feminismo produziu a diferença sexual que buscava eliminar – chamando a atenção exatamente para a questão que queria eliminar. Joan Scott, 2005.

A epígrafe acima nos traz o movimento feminista do século XX representado através de um paradoxo. Scott aborda a mesma questão em outro texto (Scott, 2002) e foi em torno de alguns questionamentos realizados a partir deste paradoxo que este texto foi se constituindo. Em que medida a separação entre feminismo (militância política) e feminismo (produção de saber acadêmico) não se constitui enquanto entrave na luta pelas transformações da condição feminina na sociedade atual? Em que termos as diferenças foram escamoteadas em torno do princípio da universalidade produzindo em nossa sociedade uma história dos direitos humanos que não é nada universal? Se o entendimento do conceito de gênero já possui como implicação o estudo das diferenças (entre mulheres e homens e entre mulheres e outras mulheres), por que ainda falamos nas limitações e possível neutralidade da abordagem?

Essas e outras questões que envolvem problematizar fontes, relativizar pontos de vista, questionar abordagens, se fizeram presentes nos últimos meses, enquanto cursei os primeiros semestres do curso de doutorado, me envolvi em um curso de formação de professoras/es, participei de eventos cuja temática “relações de gênero”, “identidade”, “subjetividades” foram marcantes.

Essas temáticas e questões são abordadas sob a perspectiva Pós-Estruturalista e seus atravessamentos com a Feminista e a Foucaultiana. Isto significa pensá-las como

* Programa de Pós-Graduação em História Social / UFF – Professora substituta da Faculdade de Educação / UFJF.

construções históricas, atravessadas pela relação poder-saber, posicionando o artigo numa crítica desconstrutiva das relações que determinam verdades acerca de mulheres e homens numa matriz de gênero, historicamente construída, e também dão lugares ao feminismo como movimento social e como campo de construção do conhecimento.

O pós-estruturalismo teoriza sobre a linguagem e os processos de significação tendo em Michel Foucault e Jacques Derrida suas principais influências. Dessa forma, os processos de produção dos sujeitos passam a ser estudados. “Para o pós-estruturalismo, (...), esse sujeito não passa de uma invenção cultural, social e histórica, não possuindo nenhuma propriedade essencial ou originária” (SILVA, 2007:102). Nesse sentido, a contribuição de Foucault torna-se fundamental no que se refere ao conceito de saber-poder (Foucault não separa os dois) já que em seus estudos ele “concebe o poder não como algo que se possui, nem como algo fixo, nem tampouco como partindo de um centro, mas como uma relação, como móvel e fluido, como capilar e estando em toda parte” (Idem, p.120).

E esse conceito está ligado ao de discurso, em que Foucault discute o conjunto de enunciados que não são somente linguísticos ou formais e que possuem uma função normativa e reguladora em uma época. A “ordem do discurso” “coloca em funcionamento mecanismos de organização do real por meio da produção de saberes, de estratégias e de práticas” (REVEL, 2005:37).

Enquanto pesquisadora, as conceituações de gênero passaram a fazer parte de meus trabalhos durante a escrita de minha dissertação de mestrado. Naquele momento¹, posicionei-me enquanto historiadora das mulheres, preocupada não somente com indivíduos ditos universais que permeiam uma história neutra, mas com sujeitos marcados pelas diferenças, sobretudo as diferenças de gênero - diferenças que se produzem a partir de mulheres e homens, colocando uns e outros em situações diferentes dentro de uma história que é interessada, reflexo de escolhas políticas, conscientes ou não.

¹ A referida dissertação buscou compreender as diferentes percepções de passado de mulheres alunas em salas de aula de EJA (Educação de Jovens e Adultos). A pesquisa foi realizada a partir da história de vida de três mulheres, com idade superior a 50 anos, alunas em uma escola pública da cidade Juiz de Fora/MG, que se encontravam no final do processo de escolarização, marcado por muitas interrupções, discutindo as categorias Memória, Escola e Gênero.

A categoria “Gênero” passou, dessa forma, a fazer parte de meu cotidiano, sendo além de uma ferramenta de análise, uma lente através da qual eu passei a enxergar as relações que se forjavam a minha volta. Este artigo surgiu, então, das primeiras considerações do meu processo de doutoramento iniciado em março de 2010. Discutirei primeiramente, as relações de gênero entendidas como, relações de poder, nas quais se forjam não somente a idéia e o lugar da mulher, mas também o do homem. Tentarei, ainda, refletir a partir de algumas possibilidades de conceituação para o campo de estudos de gênero, a constituição desse campo de análise e ainda seus usos e implicações para o movimento feminista.

Primeiras considerações – conceituando gênero

A categoria Gênero considera o caráter relacional das identidades, enfatizando que esta é uma construção que se dá na família, na escola, no trabalho, na mídia, etc, espaços em que aprendemos a ser mulheres e a ser homens, adotando comportamentos “ditos” de mulheres ou de homens, assumindo interesses que definem os lugares que ocupamos no mundo.

Segundo Scott, no momento em que o conceito gênero começou a ser utilizado, “era necessário um modo de pensar a diferença e como sua construção definiria as relações entre os indivíduos e os grupos sociais” (SCOTT IN: BURKE, 1992, p. 72). Para ela:

gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo, incluídos aí os órgãos reprodutivos femininos, determina univocamente como a divisão social será definida.

(...)

Nesta abordagem a história figura não apenas como o registro das mudanças da organização social dos sexos, mas também, de maneira crucial, como participante da produção do saber sobre a diferença sexual. Parto do princípio de que as representações históricas do passado ajudam a construir o gênero no presente (SCOTT, 1994, p. 13).

Para melhor entendermos, é necessário observar atentamente o contexto em que o conceito emerge. Soihet & Pedro (2007) apontam a história das mulheres como uma história da exclusão. Por herança positivista, as mulheres foram excluídas da História. Por conta do trabalho do historiador privilegiar fontes estritamente escritas, de cunho administrativo ou político, as mulheres até a primeira metade do século XX não tiveram acesso a esses postos, elas eram uma grande ausência nos trabalhos acadêmicos.

A mudança vem após transformações no campo das Ciências Sociais, e em relação ao conceito de fonte. Além disso, com a explosão dos movimentos feministas, a cobrança por elementos e dados que discutissem as questões feministas aumentou e as mulheres passaram a ser objeto e sujeito, o que constitui um marco na história das mulheres (SOIHET & PEDRO, 2007, p. 285).

Soihet (1998) fala sobre as dificuldades enfrentadas durante a década de 1970, quando os estudos sobre as mulheres ainda eram exceção nos Programas de Pós-Graduação.

Única, naquele momento, a elaborar uma dissertação sobre esse objeto no Programa de pós-graduação em História da UFF, que então se iniciava, enfrentei uma série de problemas, dentre eles, o isolamento intelectual, as dificuldades de orientação e os subseqüentes obstáculos quanto ao conhecimento da bibliografia mais recente sobre o assunto e do instrumental teórico metodológico a ser utilizado no tratamento da questão (SOIHET, 1998, p. 77).

Rago aponta o período relatado por Soihet como momento no qual “o mundo acadêmico ganhava, assim, novos contornos e novas cores” (RAGO, 1998, p. 90). Para ela, a entrada das mulheres nas universidades, a partir da década de 70, propicia o surgimento do campo “história das mulheres” já que elas “passavam a reivindicar seu lugar na história”. A historiografia no Brasil passa a refletir seus atores, englobando outras questões como, por exemplo, o cotidiano, a sexualidade, as etnias, as mentalidades, além daquelas que a definiram até então. As mulheres mudam seus lugares na pesquisa acadêmica. Podemos citar como pioneiras desse movimento as

historiadoras Michelle Perrot, Arlette Farge, Natalie Zemon e Maria Odila da Silva Dias.

Esse momento da história das mulheres é entendido como marco pelas próprias mulheres que o fizeram e produzem conhecimento sobre ele. É recorrente a construção que aponta a necessidade da participação das mulheres nos programas de pós-graduação para que isso se refletisse em produção de conhecimento. Entendendo o poder e as relações de poder sob a perspectiva foucaultiana podemos chamar atenção para o aspecto positivo do poder. “De acordo com o filósofo, nós temos de deixar de descrever os efeitos do poder apenas negativamente, pois ele também é produtivo. Ele produz realidade, objetos e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção.” (FERRARI, ET all, 2010:107)

Vale ressaltar que para Foucault, o poder não é algo a ser possuído ou que localiza-se apenas em alguma instituição. O poder está nas redes de relações, onde se sabe ou não dele. “Nós mesmos renovamos o poder porque somos sua engrenagem” (FERRARI, ET all, 2010:109) Dessa forma, alguns anos depois das transformações ocorridas na historiografia e demais ciências humanas, os chamados estudos de gênero passaram a se organizar no Brasil. Isto ocorreu a partir de algumas publicações de Joan Scott e de outras pós-estruturalistas que apontavam para a dimensão relacional da categoria gênero. Scott passa a ter seus textos traduzidos, divulgados e amplamente utilizados no Brasil (LOURO, 1997, p. 30). Isso além de não ter sido exclusivo da produção historiográfica, não se realizou de forma a permanecer livre de conflitos. Muitas pesquisadoras passaram a adotar o conceito de gênero, ao invés de estudos da mulher, o que fez surgir muitos protestos por parte daquelas que acreditavam ser o gênero uma categoria que despolitizava o campo de estudos da/sobre a mulher. Novas relações de poder se engendraram, desta vez não somente entre homens/mulheres para que o campo de estudo se estabelecesse mas também entre mulheres/mulheres, para definição da forma como o conhecimento fosse produzido.

Para Costa, a entrada dos estudos de gênero no Brasil, “permitiu teorizar com mais destreza as complexas e fluidas relações e tecnologias de poder.” (COSTA, 1998:134). No entanto, a mesma autora entende também que em algumas dessas

teorizações foram cometidos excessos, devido a “adoção indiscriminada” do conceito.

Para ela:

Visto que os termos “feminismo” e “teorias feministas” estavam associados a posturas radicais e pouco sérias em termos científicos, muitas estudiosas da área adotaram a rubrica ‘estudos de gênero’, mantendo assim o “rigor” e a “excelência científicas” (segundo definições positivistas) e conquistando um espaço seguro dentro do cânon acadêmico (...) Não havia no terreno supostamente neutro do gênero a necessidade de “politizar a teoria e teorizar a política”. (COSTA, 1998:134).

Tal colocação explicita as muitas divergências que se formaram em torno do campo de estudos de gênero. A ausência de consenso em torno dessa categoria não impediu que sua utilização se tornasse um fato já consolidado. Tomando emprestados alguns conceitos de Michel Foucault e Jacques Derrida, Scott passa, através do gênero, a enfatizar as relações de poder, e como elas constroem as categorias discursivamente. Scott enfatiza a necessidade de “implodirmos” a lógica binária presente nas relações entre homens e mulheres. Tais conceituações tecem uma relação entre as conceituações de gênero e o pós-estruturalismo.

Os estudos de gênero e as abordagens pós-estruturalistas possuem muitos pontos de contato. Conforme aponta Louro, esses dois movimentos contemporâneos constituíram-se em meio à efervescência intelectual do final dos anos 60, compartilhando das críticas às explicações totalizantes da sociedade, problematizando e questionando a Ciência e a concepção de poder central e unificado que poderia reger o todo social. (LOURO, 1997:29).

Para tentar compreender os embates entre as perspectivas de análise que rejeitam o campo de “estudos de gênero”, em detrimento a análises que privilegiam o termo “estudos das/sobre as mulheres”, é necessário entender o movimento feminista, sobretudo sua história nas décadas de 70 e 80 no Brasil.

A transformação do movimento feminista na década de 70 no Brasil

As décadas de 70 e 80 no Brasil são marcadas por uma série de questões relativas à condição feminina que compõem a agenda política nacional e os noticiários da época. A conjuntura é marcada pela efervescência cultural, pela eclosão de muitos

movimentos sociais em diversas partes do mundo e no Brasil, particularmente, pelas lutas contra a ditadura militar, que nos impunha um quadro de ausência de liberdades individuais.

Alguns acontecimentos provocaram (ou refletiram) as transformações no lugar que as mulheres ocupavam em diferentes espaços, como na família, no trabalho, na política, e etc. Estão entre esses acontecimentos a alteração no Código Civil, que teve o Código da Mulher Casada suprimido em 1962; a adoção do sistema de cotas no Congresso Nacional, que obrigou os partidos políticos a inscreverem no mínimo 20% de um determinado sexo a partir de 1966; a Lei do Divórcio, de 1977; a chamada reorganização do movimento feminista; os seriados na televisão aberta que tiveram como tema os papéis femininos e os “lugares de mulher”, como foi o caso de “Malu Mulher”; e ainda, os discursos e enunciados da imprensa feminina que registraram uma mudança significativa no que se refere a sexualidade, como foi o caso da revista “Cláudia”.

Esse conjunto de questões é chamado por Goldberg (1987 apud Cardoso, 2004) de “processo modernizador da libertação sexual e profissionalização das mulheres”. Segundo essa autora, esses acontecimentos marcam a modernização dos costumes e as mudanças de mentalidade da mulher brasileira. Com a alteração no Código Civil as mulheres ganharam a possibilidade de exercer atividades assalariadas sem que para tanto precisassem de autorização do marido. Este, no entanto, continuou a ser considerado o chefe da sociedade conjugal.

Além disso, Goldberg ressalta os novos hábitos e comportamentos sociais, que seriam, segundo ela, pregados pelas recém-lançadas revistas Cláudia e Nova, da Editora Abril. Tais publicações traziam matérias sobre a atualidade; tratavam suas leitoras como consumidoras apresentando-lhes sistemas de escolha, compra e uso de produtos; apresentavam em seus artigos temas como insatisfação na vida conjugal, frustrações, medos, desejos; enfim, temas e questões que permeavam a vida das mulheres daquela época (Cardoso, 2004).

O movimento feminista que se “reorganiza” nesse período é entendido “como movimentos de mulheres de camadas médias, na maiorias intelectualizadas, que

buscavam novas formas de expressão da individualidade” (GOLDBERG, 1986. Apud RAGO, 2003).

Pedro (2006) discute as narrativas que se constituíram a partir desse momento do feminismo brasileiro, levando em consideração, não a verdadeira data ou o momento exato de reorganização do movimento, mas as disputas que deram origem a histórias entrecruzadas e conflitivas.

O ano de 1975, declarado pela ONU como o Ano Internacional da Mulher, é tido em muitos relatos de militantes e trabalhos de diferentes pesquisadoras como o início do feminismo no Brasil. Isto acontece pois muitas mulheres ao narrarem seu envolvimento com o movimento feminista colocam-no como razão para tanto, além de citarem a criação do CMB (Centro da Mulher Brasileira) estar bastante relacionada as declarações da ONU.

Para Soihet & Esteves (2007) “o CMB decorreu da iniciativa de um grupo de mulheres que se reuniam informalmente para a discussão de problemas ligados à posição feminina na sociedade” (Soihet & Esteves, 2007, p. 357). A declaração da ONU, bem como o apoio da ABI (Associação Brasileira de Imprensa em cujo prédio ocorreu a Semana de Pesquisa sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira), contribuíram para que tais “lideranças”, inspiradas em outros movimentos de mulheres que ocorriam há vários anos na Europa e nos EUA, formassem no Rio de Janeiro, o Centro Brasileiro da Mulher. A partir daí, entidades semelhantes foram surgindo em outros estados.

Se entendermos o feminismo como “conjunto de teorias e de práticas historicamente variáveis em torno da constituição e da legitimação dos interesses das mulheres” (Ergas apud Soihet & Esteves) é possível descortinar os conflitos decorrentes das diferentes narrativas que buscam determinar as origens do movimento no Brasil da década de 70, e até mesmo, problematizar as críticas aos usos das conceituações de gênero.

O feminismo e as implicações dos usos do conceito gênero

Até o início do século XX, a luta das mulheres, de um modo geral, concentrava-se em torno da conquista da cidadania. Esse movimento, conhecido de forma abrangente como luta das sufragistas, é tido como feminismo de 1ª onda. Aquele chamado de 2ª onda feminista, refere-se aos anos entre 1960-80 em que questionava-se a opressão machista, os códigos de sexualidade feminina, os modelos de comportamento colocando na ordem das discussões temáticas até então renegadas, como por exemplo, saúde, afetividade, desejo, corpo.

Entretanto, priorizar as “ondas” feministas é, em certa medida, escamotear as tantas lutas que aconteciam antes ou depois de acontecimentos que passam a ser fatos, como é o exemplo, da criação do CMB no Rio de Janeiro. Certamente, outras tantas lutas aconteceram sem ser citadas, promovendo um espaço, uma conjuntura histórica que propiciou a criação do CMB em 1975.

Quanto à narrativa desses acontecimentos, como já foi dito, ela não se constituiu de maneira linear, mas formando uma rede conflitiva. Para Pedro, muitas poderiam ter sido as narrativas possíveis para o engendramento de nosso feminismo. No entanto, a conjuntura brasileira determinou algumas especificidades. Segundo ela:

Lutar no Brasil pela ‘liberação das mulheres’, no campo da esquerda e em plena ditadura militar, não permitia que o feminismo brasileiro fosse semelhante ao projeto que se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos, de onde vinham os livros, as idéias, as propostas. Certamente foi esse cenário o principal responsável pela data ‘fundadora’ de 1975. Aquelas que, anteriormente, estavam discutindo e formando uma nova feminilidade, não reconheceram como feministas as atuações de vários dos grupos que assim se denominavam, tornando a própria denominação ‘feminista’ alvo de intensas disputas. A luta contra a ditadura e a busca por ‘conscientização’ das camadas populares tornaram o movimento feminista e de mulheres uma maneira menos arriscada de realizar esse projeto. (PEDRO, 2006:270).

Os embates entre as memórias de feministas em torno da “reorganização” do movimento nos ajudam a entender aquele outro embate, anunciado anteriormente: a rejeição das conceituações de gênero por parte de alguns grupos feministas. Ao mesmo tempo em que se tem algumas militantes protestando a adoção dos estudos de gênero e

“denunciando” uma despolitização do movimento social como consequência do mesmo, tem-se algumas parcerias feitas entre movimento social e acadêmicas que utilizam o gênero como categoria de análise, demonstrando uma articulação das lutas e reivindicações do feminismo com a produção de conhecimento.

Dessa forma, a constituição dos movimentos feministas entre as décadas de 1960 e 80 no Brasil seguiu um caminho diferente do norte-americano e do europeu. As questões relacionadas aos problemas de nossa sociedade desigual e, ainda, a integração das feministas aos espaços de conhecimento já estabelecidos impôs em nosso movimento algumas diferenciações (SARDENBERG et al, 2010). Entendo, a partir disso, que não é a utilização do conceito de gênero que torne o movimento despolitizado, mas o modelo de política/politizado que alguns movimentos têm buscado é que não podem ser implementados em nossa sociedade.

Scott (1995) lança o seguinte questionamento: “Como reconhecer diferenças e elaborar processos de diferenciação do foco da análise política, sem terminar com relatos múltiplos e desconectados ou com categorias protegidas como ‘classe’ ou ‘oprimido’?” Acredito ser este um grande desafio para aquelas que se dispõem a contribuir para o campo de estudos das relações de gênero. Assumir as possibilidades desse desafio é em certa medida aceitar o paradoxo colocado como epígrafe desse texto. Ao falar das feministas da França, meados do século XX, Scott diz que a tarefa daquelas “consistia em mostrar que eram mulheres que só tinham paradoxos a oferecer”. E hoje? Será possível oferecermos algo neste campo de estudos que não seja paradoxal?

BIBLIOGRAFIA:

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Introdução. IN: _____ e VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. RJ: Elsevier, 1997.

COSTA, Claudia de Lima e. O trafico de gênero. Cadernos Pagu. Campinas: Nucleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1998.

FERRARI, Anderson, ALMEIDA, Marcos Adriano & DINALI, Wesley. Teoria e subjetividades queer: poder, resistência e corpo. IN: CLARETO, Sonia Maria & FERRARI, Anderson(org) Foucault, Deleuze e Educação. Juiz de Fora, MG: Ed. UFJF, 2010.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória , História e Testemunho. IN: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia.(orgs) Memória e (res)sentimento – Indagações sobre uma questão sensível. Campinas,SP: Editora da Unicamp. 2004

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo, Vértice, 1990.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade?. IN: _____; SILVA, Tomaz Tadeu e WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2007. 7ª ed.

HUNT, Lynn. Introdução – “Consideramos estas verdades autoevidentes” IN: A invenção dos direitos humanos – Uma história. SP: Companhia das Letras.

LOURO, Guacira. Gênero, sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes,1997.

_____. Conhecer, pesquisar, escrever... Comunicação apresentada na V Anped Sul. Curitiba. Abril, 2004. Disponível em http://www.geerge.com/anpedinha_gua.htm. Acesso em 22/03/2007.

_____. Gênero: questões para Educação. IN: BRUSCHINI, Cristina, UNBEHAUM, Sandra. (orgs) Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: Ed. 34. 2002. Pág.225-242.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Projeto História. São Paulo, (17) nov.1998

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. REF – Revista de Estudos Feministas. V. 8, nº 2, Florianópolis: UFSC, 2000.

RAGO, Margareth. Descobrimos historicamente o gênero. Cadernos Pagu. Vol. 11, 1998. Págs 89-98.

_____. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. Labrys- Estudos Feministas – nº 3, jan/jul 2003.

REVEL, Judith. Foucault: conceitos essenciais. São Carlos, SP: Ed. Claraluz, 2005.

SARDEMBERG, Cecília Maria et all. A institucionalização dos estudos feministas e de gênero e os novos desafios IN: 2º Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa Pensando Gênero e Ciência. Brasília: SPM (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010.

SARLO, Beatriz. Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

SCOTT, Joan. História das mulheres. IN: BURKE, Peter (org). A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

_____. Prefácio à Gender and politics of History. Cadernos Pagu. Vol. 3, 1994. Págs. 11-27.

_____. Relendo a história do feminismo. IN: A cidadã paradoxal – As feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

_____. O enigma da igualdade. REF – Revista de Estudos Feministas. V. 7, nº 1-2, Florianópolis: UFSC, 1999.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. RJ: Elsevier, 1997.

_____. História das mulheres e história de gênero. Cadernos Pagu. Vol. 11, 1998. Págs 77-87.

_____. O Centro da Mulher Brasileira (CMB-RJ) e suas experiências nos anos 1970 e 1980. IN: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão Revolução e Democracia – As esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

----- e PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. Revista Brasileira de História. Dez. 2007, vol. 27. Nº 54.

_____ & COSTA, Sueli Gomes. Interdisciplinaridade: história das mulheres e estudos de gênero. Gragoatá nº 25, 2º sem 2008, Niterói: EdUFF, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. IN: ----- (org). Identidade e diferença: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 7ª ed.